

Metodologia Geolinguística: o Atlas Linguístico do Paraná

GEOLINGUISTICS: THE LINGUISTIC ATLAS OF PARANÁ

Rosa Evangelina de Santana **BELLI RODRIGUES ***

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a metodologia e descrever os resultados do Atlas Linguístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990), localizando-o em relação aos outros atlas brasileiros. Para levar a cabo este intento, apresentamos, inicialmente, as modificações, principalmente metodológicas, sofridas pela geolinguística rumo à descrição cada vez mais completa e profunda da variação linguística. São apresentados o modelo geolinguístico pluridimensional e contatual de Harald Thun (1998) e o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (CARDOSO et al., 2014), publicado em outubro de 2014. Fez-se também necessário descrever, ainda que brevemente, o método mais tradicional de pesquisa geolinguística, característico do ALPR, para depois voltar o texto propriamente para o atlas de Aguilera. Após discutir os critérios com que o ALPR foi construído, desde a escolha dos informantes até o tipo de cartas geolinguísticas que o compõem, bem como sua complementação pelo ALPR II (ALTINO, 2007), foi possível analisar seus resultados, relacionando-os com as hipóteses de trabalho da tese que lhe deu origem.

Palavras-chave: Atlas Linguístico do Paraná. Metodologia. Geolinguística.

Abstract: The objective of this work is to analyze the methodology adopted by the Linguistic Atlas of Paraná – APLR (AGUILERA, 1990) and to describe

* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Atualmente, trabalha como freelancer, não estando associada a nenhuma instituição. Contato: belli-rosa@hotmail.com.

its results in relation to other Brazilian atlas. To meet this objective, we first present the modifications, mainly methodological, under gone by Geolinguistics towards a more complete and in depth description of linguistic variation. The Pluridimensional Geolinguistics and Contractual model of Harald Thun (1998) and the Linguistics Atlas of Brazil – ALiB (CARDOSO et al, 2014), published in October, 2014, are presented. It was also necessary to describe, although briefly, the most traditional Geolinguistics research method, characteristic of the ALPR, before referring the text back to Aguilera’s Atlas. After discussing the criteria on which the ALPR was constructed, from choice of informers to the Geolinguistics charts that compose it, as well as its complementation by the ALPR II (ALTINO, 2007), it was possible to analyze the results and relate them to the hypotheses posed by the thesis which gave origin to it.

Key words: Linguistics Atlas of Paraná. Methodology. Geolinguistics.

Introdução

O estudo do aspectogeográfico, areal, da variação linguística, como se sabe, é o que caracteriza primordialmente a Geolinguística, quando em comparação com outras disciplinas que estudam a variação. A Geolinguística, segundo Coseriu (1987, p. 79, grifos nossos),

Designa exclusivamente um **método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais** de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante **pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território**, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

Originada, em parte, como uma rejeição aos estudos neogramáticos, a Geolinguística começou a definir-se a partir do estudo de Georg Wenker sobre grupos dialetais germânicos, dos quais originou-se o *Atlas Linguístico*

da Alemanha Setentrional e Central. No entanto, apesar de Wenker ter sido o precursor de trabalhos apoiados no método cartográfico paralinguas, foi o franco-suíço Jules Gilliéron quem tornou a Geografia Linguística conhecida e respeitada:

O nascimento da Geografia Lingüística como disciplina autônoma está associado à elaboração do Atlas Linguistique de la France (ALF) (1902-1910) de J. Gilliéron e E. Edmont, que, embora surja na seqüência de outros trabalhos desta natureza, é o primeiro atlas lingüístico a orientar-se pelos critérios mais rigorosos que esta disciplina veio a adotar. (FERREIRA, M. B. et al., 1996, p. 484).

A possibilidade de “abarcas com uma vista de olhos qualquer particularidade fonética ou morfológica em todos os dialectos em uma dada área” (IORDAN, 1962, p. 199) levou ao sucesso o método, cuja metodologia, mais recentemente, vem passando por importantes modificações. Ao lado daquelas ligadas ao uso de novas tecnologias, dimensões sociais foram sistematicamente incorporadas aos atlas com o objetivo de explicar de maneira mais ampla e profunda o fenômeno da variação da linguagem. Isquerdo e Romano (2012) sintetizam, na medida necessária a este texto, parte dessa evolução da geolinguística e da dialetologia.

Um olhar retrospectivo para a história da Dialetologia e da Geolinguística/Geografia Linguística permite, pois, observar que, em diferentes continentes e em épocas distintas, houve o que Thun (2005) denomina de “apelos à pluridimensionalidade”, embora a maioria desses “apelos” tenha se limitado a introduzir determinadas variáveis sociais na metodologia do projeto e a sinalizar para a necessidade de o fenômeno lingüístico ser examinado também segundo variáveis sociais, já que a par de fatores espaciais, condicionantes sociais interferem de forma significativa nos processos de variação e mudança lingüísticas. (ISQUERDO; ROMANO, 2012).

A nova orientação metodológica da Dialetologia e da Geolinguística encontra sua sistematização no *Atlas Lingüístico Diatópico y Diástrático del Uruguay* (ADDU) (ELIZAICÍN; THUN, 2000).

La superficie bidimensional horizontal de la Dialectología y el eje vertical de la Sociolingüística forman juntos el espacio variacional tridimensional de la Dialectología pluridimensional y relacional. [...] Con este programa la Dialectología pluridimensional se acerca al ideal de la descripción completa y ordenada del polimorfismo lingüístico y de su relación con los hablantes. (THUN, 1998, p. 704).

No Brasil, já utilizando a Geolinguística plurimensional e contatual, em 1996, renasce a ideia de Antenor Nascentes (1958) a respeito de um atlas nacional (Atlas Linguístico do Brasil – ALiB)¹ e cria-se o Comitê Nacional do Projeto ALiB (CARDOSO et al., 2014). A intensificação de esforços – não só para o atlas nacional, mas também para a produção de atlas menores – permitiu que mais de três dezenas de estudos geolinguísticos fossem produzidos (parte em forma de teses e dissertações, parte já publicados).

A formação de novos pesquisadores foi uma das metas priorizadas desde os primeiros momentos de vigência do ALiB, seja pela necessidade de contar com a colaboração de pesquisadores jovens para a gigantesca tarefa de transcrição, revisão e armazenamento de dados, seja pela urgência de criar e manter a mentalidade dialetológica da qual se ressentiram os pesquisadores que nos antecederam, como Nascentes e Silva Neto, que atribuíam à ausência dessa mentalidade a principal dificuldade para elaborar um atlas linguístico para do país, não obstante outros empecilhos como a grande extensão territorial e a ausência de apoio territorial. (AGUILERA; ALTINO, 2012, p. 876).

Com orientação metodológica e instrumento de recolha de dados uniformizados, atualmente, no Brasil, a comparação entre os dados, propriedade essencial de qualquer pesquisa geolinguística, como já mencionava Coseriu (1987, p. 79), no início deste texto, é uma realidade.

Ainda é preciso dizer que a metodologia pluridimensional atende a necessidades especialmente relevantes no país, uma vez que estudos têm

¹ Os primeiros dois volumes do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) foram publicados em 2014. Todas as informações sobre o Projeto Atlas Linguístico do Brasil podem ser acessadas em: <<http://migre.me/qlS6l>>.

demonstrado ter a nossa diversidade linguística um cunho social tão ou mais importante (de certo ponto de vista) que a geográfica, como já o afirmou Teyssier: “As divisões “dialectais” no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais.” (TEYSSIER, 1982 apud ARAGÃO, 2014).

Neste contexto de ampliação e de consolidação do método, de valorização da Dialetoologia e da Geolinguística nas IES brasileiras e da publicação do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO et al., 2014), este artigo pretende entregar ao leitor um texto que possa orientar, inicialmente, os interessados na elaboração de um atlas linguístico. Para isso, passaremos a descrever os critérios de elaboração, a estrutura e os resultados de um atlas linguístico construído sob os pressupostos metodológicos da Geolinguística tradicional, mas que – certamente sob os efeitos dos “apelos à pluridimensionalidade” citados por Harald Thun (2005 apud ISQUERDO; ROMANO, 2012) – foi elaborado com a oposição sistemática de gêneros, o que o torna um atlas bidimensional².

1 A Metodologia Geolinguística

Para elaborar um atlas linguístico, é necessário gerenciar diversos fatores e estabelecer parâmetros para variáveis intra e extralinguísticas³. A variável

² Dos atlas brasileiros anteriores ao do Paraná, o de Sergipe – ALS (FERREIRA et al., 1987) é também sistematicamente pluridimensional: as cartas trazem símbolos para indicar a variação de gênero. O Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (ROSSI; FERREIRA; ISENSEE, 1963) permite estudos bidimensionais, mas não sistematiza nenhuma outra dimensão na carta além da diatópica, não sendo por isso considerado pluridimensional. O primeiro pluridimensional é o Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALISPA (RAZKY, 2004).

³ A construção de um atlas linguístico exige muitas outras providências, obviamente, mesmo pensando em um atlas de pequeno domínio, com apenas um entrevistador. Antes de passar a recolher os dados que vai utilizar, o pesquisador deve ter feito testes do questionário e do material de recolha de dados, contatos nas localidades e estudos sobre a região para que possa ter dados fidedignos e elaborar análises competentes. Se o leitor tiver a intenção de se aprofundar na metodologia geolinguística, numa abordagem eminentemente prática, sugerimos a leitura do DOCUMENTOS I – Projeto Atlas Linguístico do Brasil, livro organizado por Aguilera, Mota e Milani (Salvador: EDUFBA, 2003) para registrar a experiência inicial da pesquisa de campo na construção do ALiB.

inicial com que um autor de atlas deve trabalhar é a geográfica, ainda que o objetivo do atlas seja estudar uma dada comunidade de fala em vez de estabelecer uma região geográfica *a priori*, porque um atlas linguístico constitui-se essencialmente de uma série de mapas da mesma região, nos quais são marcados os pontos de recolha dos dados. Essa série de mapas devem ser, como exige a pesquisa geolinguística, comparáveis. O Quadro 1 ilustra os fatores a serem gerenciados na confecção de um atlas linguístico.

A combinação desses fatores, número de variáveis sociais incluídas no estudo, a amplitude de áreas que analisam, a quantidade/nível de informação que veiculam e o modo de veiculação, como podemos ver no Quadro 2, determina uma classificação para esses atlas.

Quanto ao tipo, podem ser denominados monodimensionais, bidimensionais ou pluridimensionais. Os monodimensionais, como se pode inferir da denominação, trabalham apenas com uma dimensão diatópica, sem estabelecer critérios que distingam os informantes em relação à faixa etária, ao gênero ou à escolaridade. Os bidimensionais são aqueles que registram dados de outra dimensão além da diatopia tradicional, como, por exemplo, a escolaridade. Os denominados mapas pluridimensionais exibem várias dimensões de pesquisa linguístico-social. A relação entre os fatos linguísticos e sociais se torna explícita a partir da organização e da leitura vertical dos dados recolhidos. Sua construção é orientada por uma metodologia especial, com a qual se pode dar conta da complexidade dos dados apresentados, conforme já mencionado na introdução deste texto.

Em relação à amplitude de área que analisam, Alinei (1994 apud CARDOSO, 2010, p. 67) divide os atlas em regionais, nacionais, de grupo linguístico e continentais. Quanto ao nível de informação que veiculam, Cardoso (2010) divide os atlas em três gerações, com base principalmente no nível de informação fornecido. Os de 1ª geração são aqueles nos quais os estudos de interpretação ainda não aparecem:

A ênfase recai sobre a identificação da diversidade/similaridade espacial. Os dados sociolinguísticos esparsamente e, às vezes, difusamente, vêm mantidos sob controle e esporadicamente indicados em carta. Os estudos de interpretação não são ainda incluídos como matéria a figurar nos próprios atlas. (COMITÉ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 1999).

Quadro 1 – Fatores a serem gerenciados na construção de um atlas linguístico

Definição de procedimentos metodológicos Fatores a serem gerenciados na construção de um atlas linguístico		Como circunscrever o fator/variável escolhido(a)	
		Variáveis	
Quanto à recolha de dados	Área de recolha de dados	– Continental, nacional, regional, de uma comunidade linguística – tipo de comunidade: rural, urbana	Mapas da área Pontos de inquérito
	Níveis linguísticos privilegiados no estudo	Fonético/fonológico, léxical, morfossintático, pragmático	Questionário
	Perfil dos informantes	Origem/ permanência	Seleção do informante
		Gênero: feminino/masculino	Seleção do informante
		Nível de linguagem: urbana, rural, rurbana, línguas/dialetos minoritários ou de grupos	Localização do ponto de inquérito Origem/permanência do informante
Grau de escolaridade: sem escolaridade, escolaridade baixa ou alta	Seleção do informante		
Quanto à armazenagem dos dados	Meio de armazenagem	– <i>Compact Discs</i> ou similares	

Quanto à divulgação dos dados	Quantidade/ tipo de informação divulgada no atlas	– Sonora/ escrita – Interpretações das cartas – Notas explicativas	
	Meio de divulgação	– Impresso – Internet – <i>Compact Discs</i> ou similares	

Fonte: A própria autora.

Quadro 2 – Classificação dos atlas linguísticos

Classificação dos atlas		
Número de dimensões (THUN, 2005 apud ALTINO, 2007)	Amplitude de área (ALINEI, 1994 apud CARDOSO, 2010, p. 67)	Nível de informação que veiculam (CARDOSO, 2010, p. 78)
Monodimensionais	Nacionais/ regionais	1ª geração – sem estudos de interpretação no próprio atlas.
Bidimensionais	De grupo linguístico	2ª geração – interpretação no atlas.
Pluridimensionais	(família de línguas) Continentais	3ª geração – informatizados e falantes

Fonte: Belli Rodrigues (2007).

O Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul (ALERS)⁴ (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002), o único a abarcar três Estados –

⁴ Após a primeira menção, os atlas serão nomeados apenas por suas siglas, para evitar sobrecarregar o texto.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, é de 1ª geração, uma vez que não traz interpretação das cartas. No entanto, a apresentação dos dados é complementada pela inserção de gráficos e de tabelas informativas, o que facilita a leitura. Tal apresentação pôde ser feita porque o ALERS utilizou um programa de informática na sistematização dos dados.

Os de 2ª geração são interpretativos, trazem, além das cartas, “alguns tipos de análise” (CARDOSO, 2010). Está incluído nesta categoria o Atlas Lingüístico de Sergipe II – ALS II (CARDOSO, 2002), por exemplo, e o próprio atlas nacional, o ALiB. Este último, com o objetivo de apresentar arquivos sonoros que permitam ao leitor ouvir a variedade registrada no local, insere-se também entre os atlas de 3ª geração, ou seja, informatizados e falantes. É possível, também, apresentar as variantes utilizadas em determinada localidade diretamente na internet. No Brasil, foi assim construído o Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALISPA (RASKY, 2004).

Ainda segundo o Comitê Nacional do Projeto ALiB (1999), os primeiros cinco atlas brasileiros pertencem à primeira geração; no entanto, há dois grupos distintos pela metodologia adotada: o primeiro grupo compõe-se do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB – 1963), do Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS – 1987) e do Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR – 1994), pois possuem notas com comentários dos informantes ou esclarecimentos do autor. O segundo é composto do Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG – 1977) e do Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB – 1984), que não trazem notas.

Vê-se, portanto, que, além da passagem da monodimensionalidade inicial, na Geolinguística tradicional, para a pluridimensionalidade preconizada por Harald Thun, a Geolinguística avançou também na apresentação dos dados. Atualmente, os atlas de terceira dimensão já podem oferecer aos estudiosos a audição da resposta de um informante registrada na carta geodialetal. A validade e a utilidade desses recursos para apresentação dos dados passam, é claro, pela capacidade dos aparelhos eletrônicos. Quanto mais eficiente a gravação, melhor a audição das respostas e a discriminação dos fonemas.

Assim, desde a recolha dos dados até a cartografiação, a Geolinguística vem se beneficiando das inovações no campo da informática e da eletrônica: a criação de gravadores menores pode, na maioria dos casos, facilitar a

interação com o informante; a melhora na eficiência dos aparelhos otimiza a leitura e análise dos dados, principalmente no caso de estudos na área da fonética/fonologia, e o uso de programas de cartografiação, como foi feito na elaboração do ALERS, pode facilitar a comparação de dados e a própria construção do atlas.

É importante que se diga que não há necessariamente uma valoração maior ou menor para este ou aquele tipo de atlas e que, de fato, todos eles têm sua aplicação. Assim é que um atlas nacional serve a uma visão geral, de conjunto, enquanto um atlas regional permite a escavação de fatos específicos da área estudada. A decisão de elaborar um ou outro tipo passa pelo problema que a pesquisa se propõe resolver.

Apesar da importância dos atlas linguísticos para o estudo dos dialetos e línguas ser amplamente conhecida, nunca é demais destacar, ainda que brevemente, sua utilidade para os lexicógrafos, por exemplo, conforme explica Silva Neto (1957), os quais podem aumentar suas bases de dados a partir das pesquisas dialetais, tanto do ponto de vista semasiológico quanto onomasiológico.

Nesse caso, é preciso salientar o papel do inquiridor na obtenção de dados suficientemente completos para a posterior elaboração de obras de cunho lexicográfico. A resposta simples do informante muitas vezes precisa ser estendida com outras perguntas para que se possa, mais tarde, contar com dados precisos no estabelecimento da aceção.

Além disso, como já se viu, os atlas podem responder a questões sobre a história das línguas:

Dissemos, há pouco, que cada carta representa um instantâneo dialetal; ou, em suma, um corte lingüístico sincrônico. Mas o extraordinário, nos atlas lingüísticos, é que, para além do comparatismo sincrônico, êles nos proporcionam, ainda, a reconstituição de antigas fases. Quer dizer, a distribuição geográfica atual das palavras e das formas enseja-nos a “situá-las cronologicamente, definir-lhes as relações e, em suma, reconstituir-lhes a gênese”. (SILVA NETO, 1957, p. 38).

Ao mencionar a capacidade dos atlas de oferecer uma visão diacrônica dos fenômenos linguísticos, a partir de vários cortes sincrônicos, Silva Neto

(1957) ressalta a característica básica dos atlas: a possibilidade de observação dos fatos da língua numa perspectiva espacial, a grande vantagem da apresentação cartográfica, assertiva ratificada por Coseriu (1987, p. 92-93):

O atlas apresenta vantagens de clareza e evidência imediata dos fenômenos e garantias de unidade técnica, de homogeneidade do material, e de densidade de pontos estudados, que as simples investigações pontuais não podem reunir. E, sobretudo, não apresenta os fatos isoladamente, num único falar, mas no conjunto de falares nos quais se articula um dialeto ou uma língua, oferecendo para cada fenômeno uma visão espacial simultânea que permite importantes induções de ordem histórica, geral e comparativa.

2 Da Teoria à Prática: o Atlas Linguístico do Paraná

Da tese de Aguilera, finalizada em 1990, e de onde são retiradas as informações deste artigo, foram publicados: o volume do Atlas propriamente, em 1994, contendo as cartas geolinguísticas, e, em 1996, um volume de apresentação com o questionário, a metodologia de construção do ALPR, uma síntese da história do Paraná e dados acerca dos pontos linguísticos pesquisados.

O atlas é composto de seis cartas introdutórias, com informações sobre a localização do Estado e das microrregiões, os pontos marcados por Antenor Nascentes (1958) e os do ALPR e a variação populacional de 1960 a 1980. Depois, são apresentadas 191 cartas geolinguísticas, organizadas da seguinte forma: 92 cartas lexicais, 70 cartas fonéticas e 29 cartas fonéticas/sintéticas. Nos anexos, mapas ilustram as ondas de povoamento do Paraná.

Classificado como um atlas regional, o ALPR é bidimensional, porque apresenta, nas cartas, os dados separados pelo gênero do informante, possibilitando a comparação sistemática entre esses dados. É também um atlas de 1ª geração, pois não apresenta interpretação nas cartas. Na parte de trás do mapa anterior, foram registradas notas com trechos das entrevistas, em sua maioria, para explicação de detalhes importantes para a compreensão da carta seguinte. Assim, ao abrir o atlas, o leitor tem, à sua esquerda, as notas explicativas; à sua direita, a carta linguística.

Aguilera (1990) produziu também um glossário com 1.163 entradas, que registra os itens encontrados nos mapas (e nas notas que os acompanham) a partir de um recorte léxico-dialetal, isto é, compõe-se somente de unidades “cuja forma e/ou sentido não corresponde ao vocabulário ativo da norma padrão urbana” (AGUILERA, 1990, p. 81), de acordo com sua produtividade no *corpus*.

Os objetivos do ALPR, resultantes do conhecimento ainda intuitivo da autora sobre a linguagem paranaense e das análises obtidas na elaboração do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO* (AGUILERA, 1987), resumidamente, são três: a) documentação cartográfica da variação lexical e fonética; b) busca de delimitação de isoglossas; e c) a organização de um glossário (AGUILERA, 1990, p. 77-81).

Muitos outros estudos têm sido produzidos com os dados da tese de Prof.^a Aguilera na área da geolinguística, mas também na lexicologia/lexicografia, o que tem sido excelente para o conhecimento da fala rural paranaense e do português rural brasileiro. Passamos a detalhar, a seguir, cada uma das variáveis construtoras do ALPR e analisar seus resultados.

2.1 Área de recolha de dados: os pontos linguísticos ou de inquérito

Os pontos de inquérito, marcados no local da sede de cada município, somam 65 localidades. Foram selecionados a partir dos 24 pontos estabelecidos por Nascentes (1958) para o Paraná, indicados com asterisco no Quadro 3, apresentado mais adiante.

... [a seleção de Nascentes] fora feita em 1958, em que muitas cidades do oeste e sudoeste estavam nascendo, e por se pretender um estreitamento da malha de pontos a serem investigados para um máximo de 60 km entre um e outro, estendemos para sessenta e cinco o número de localidades, levando-se em conta fatores etno-geo-históricos de cada uma. (AGUILERA, 1990, p. 110)

Como se pode perceber, a ampliação da rede foi, em parte, exigência da própria realidade paranaense, mas tem sido prática constante em outros trabalhos dialetológicos brasileiros em virtude da melhora que carrega para a

representação geográfica. Além disso, é preciso lembrar que os pontos previstos por Nascentes (1958) assim o foram para um atlas nacional e não regional.

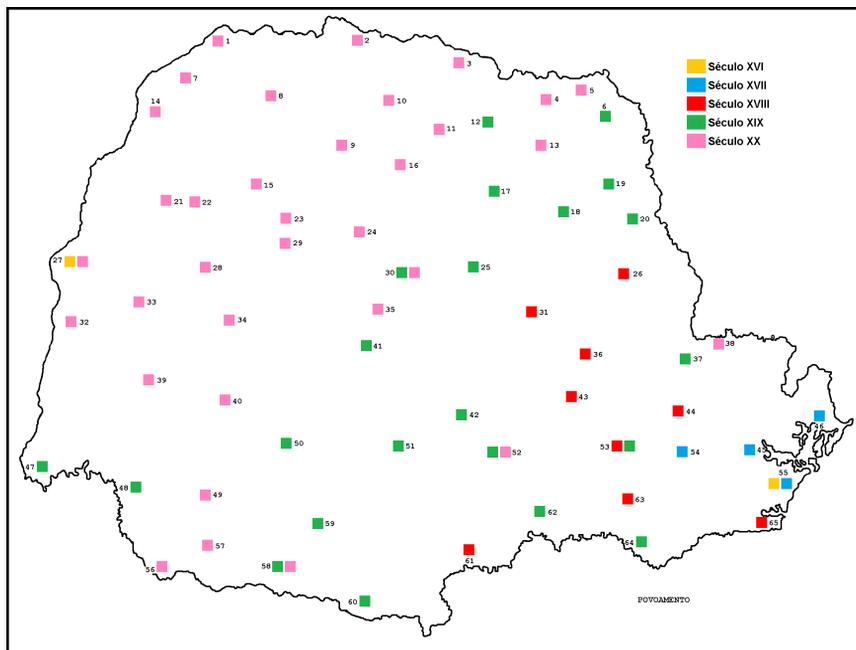
Quadro 3 – Rede de pontos geolinguísticos do ALPR, números correspondentes e correlação com Nascentes (1958)*

1 – Diamante do Norte	23 – Peabiru	45 – Antonina *
2 – Santo Inácio	24 – São Pedro do Ivaí	46 – Guaraqueçaba *
3 – Primeiro de Maio	25 – Ortigueira	47 – Foz do Iguaçu *
4 – Bandeirantes	26 – Jaguariaíva *	48 – Capanema
5 – Cambará	27 – Guairá *	49 – Dois Vizinhos
6 – Jacarezinho *	28 – Goio-erê	50 – Laranjeiras do Sul
7 – Loanda	29 – Campo Mourão	51 – Guarapuava *
8 – Paranavaí	30 – Ivaiporã	52 – Irati
9 – Maringá	31 – Tibagi *	53 – Palmeira
10 – Jaguapitã	32 – Marechal Cândido Rondon	54 – Curitiba *
11 – Londrina *	33 – Assis Chateaubriand	55 – Paranaguá *
12 – Jataizinho	34 – Campina da Lagoa	56 – Barracão
13 – Ribeirão do Pinhal	35 – Manoel Ribas	57 – Francisco Beltrão
14 – Querência do Norte	36 – Castro *	58 – Pato Branco
15 – Cianorte	37 – Cerro Azul *	59 – Mangueirinha
16 – Apucarana *	38 – Adrianópolis	60 – Palmas
17 – São Jerônimo da Serra	39 – Cascavel *	61 – União da Vitória *
18 – Ibaiti	40 – Guaraniaçu	62 – São Mateus do Sul
19 – Siqueira Campos	41 – Pitanga	63 – Lapa *
20 – São José da Boa Vista *	42 – Prudentópolis	64 – Rio Negro *
21 – Umarama	43 – Ponta Grossa *	65 – Guaratuba *
22 – Cruzeiro do Oeste	44 – Rio Branco do Sul *	

Fonte: Aguilera (1990).

Em termos de rede de pontos, o ALPR representa a realidade do povoamento paranaense em pequena escala. Basta observar o mapa que apresenta os pontos linguísticos segundo as datas mais antigas de povoamento das localidades:

Figura 1 – Povoamento do Paraná desde o Século XVI



Observa-se que o povoamento avança em ondas desde o litoral, a maior parte dele levado a cabo durante os séculos XIX e XX, seguindo para o interior e limites ocidentais. Os pontos foram escolhidos dessa forma para que as hipóteses de pesquisa do estudo pudessem ser testadas.

2.2 Os níveis linguísticos privilegiados no estudo e o questionário

Como afirmamos no Quadro 1 deste artigo, o questionário é o modo pelo qual é possível estabelecer o melhor ambiente para a recolha do nível linguístico a ser descrito. O ALPR necessitava de dados lexicais, mas também fonéticos/fonológicos, por isso possui perguntas que privilegiam um e outro nível de linguagem.

Ele foi, ainda, construído de modo a privilegiar referentes relativos ao meio rural. As questões que não correspondem estritamente a esse meio são as do primeiro subcampo do campo semântico TERRA: fenômenos atmosféricos, astros, tempo etc.; e as dos dois primeiros subcampos do campo semântico relativo ao HOMEM: 1) partes do corpo, funções, doenças etc.; e 2) vestuário e calçados.

Quadro 4 – ALPR – Áreas semânticas e total de questões

Áreas semânticas		Total de questões
TERRA	Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo	58
TERRA	Flora, árvores, frutos	29
TERRA	Plantas medicinais	16
TERRA	Fauna: aves, pássaros, outros animais	52
HOMEM	Partes do corpo, funções, doenças	107
HOMEM	Vestuário e calçados	14
HOMEM	Agricultura, instrumentos agrícolas	29
HOMEM	Brinquedos e jogos infantis	13
HOMEM	Lendas e superstições	7

Fonte: Adaptado de Altino (2007).

O questionário piloto foi elaborado com base “nas propostas contidas nas obras [...] de Serafim da Silva Neto e Nascentes e, sobretudo, nas de Caruso (1983) no Questionário do Atlas Linguístico do Estado de São Paulo” (AGUILERA, 2005, p. 140). Segundo informa Aguilera (1990), durante a

execução das primeiras entrevistas, de 1985 a 1987, na fase de elaboração do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO*⁵, o questionário aplicado aos pontos do Paraná ainda era integralmente o do ALESP.

Aguilera teve a louvável preocupação de ampliar as possibilidades de uma análise comparativa dos dados do ALPR com os dos atlas já publicados e, em função disso, introduz, no questionário de que se utiliza, perguntas comuns aos outros atlas do que resultou a apresentação de cartas coincidentes com as dos demais. (CARDOSO, 1999, p. 247).

Parte dessas entrevistas (trinta e quatro) é utilizada na composição do universo de dados do ALPR. Em treze pontos, as duas entrevistas foram aproveitadas; em oito pontos, apenas uma. A reformulação do questionário somente ocorreu após a aplicação em quatro pontos: Londrina (ponto 11), Cascavel (ponto 39), São Mateus do Sul (ponto 62), Ortigueira (ponto 25), respectivamente norte, oeste, sul e centro do Estado do Paraná. “Com base nas entrevistas obtidas, passamos à reformulação do modo de inquirir sobre certos nomes, levando-se em conta a adequação da linguagem do entrevistador à linguagem do informante.” (AGUILERA, 1990, p. 84). O comentário da Prof.^a Aguilera descreve bem a situação de início de pesquisa, em que o pesquisador precisa adequar seu instrumento de recolha de dados aos objetivos de seu estudo e aos informantes que selecionou.

Desses quatro pontos, apenas as entrevistas de São Mateus do Sul foram mantidas integralmente. As dos informantes masculinos em Londrina e Cascavel e as duas de Ortigueira (M e F) foram refeitas em 1989. O Quadro 5, a seguir, demonstra a dinâmica do processo. A primeira coluna indica os anos em que foram realizadas as entrevistas. A segunda traz os pontos lingüísticos nos quais foram feitos inquéritos naquele ano, com a anotação de quando foi feita apenas uma (M ou F). A terceira indica o total de entrevistas feitas no ano. Vê-se que a maior parte das entrevistas (73,85%) foram realizadas durante os anos de 1988 e 1989.

⁵ Dissertação de mestrado da Prof.^a Aguilera, defendida na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Assis, em 1987.

Quadro 5 – Entrevistas realizadas por ano, número de pontos e número de entrevistas no ponto

Ano	PONTOS LINGUÍSTICOS	Total de entrevistas
1985	01, 02, 08(M), 10(F), 14, 35, 41(M), 51(F),	12
1986	04, 05(F), 17, 19, 27(M), 28, 29, 32, 36, 39(F), 59, 60	21
1987	11(F)	1
1988	03(M), 05(M), 06, 07, 09, 10(M), 11(M), 12, 16(F), 18, 20, 24, 25, 30, 34, 37, 39(M), 41(F), 44, 45, 46, 48, 49(F), 50, 51(M), 53, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65.	61
1989:	03(F), 08(F), 13, 15, 16(M), 21, 22, 23, 26, 27(F), 31, 33, 38, 40, 42, 43, 47, 49(M), 52, 54	35
		130

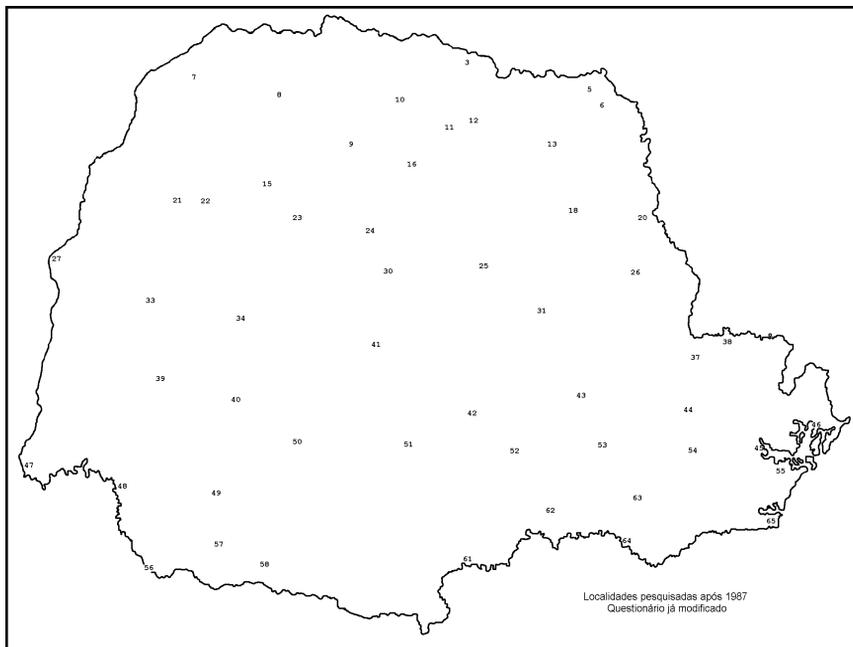
Fonte: Adaptado de Aguilera (1996, p. 107-131).

Essas modificações do questionário vão aparecer, portanto, nos pontos nos quais as entrevistas foram feitas depois de 1987. Esses pontos estão indicados na figura 2, em que é fácil perceber sua distribuição no espaço paranaense.

A seleção das entrevistas a serem mantidas baseou-se principalmente na possibilidade de aproveitamento fidedigno dos dados gravados. O perfil dos informantes, o seu envolvimento durante a recolha dos dados, a ausência ou presença de ruídos foram fatores que definiram o aproveitamento da entrevista.

Boa parte das modificações no questionário visou adaptá-lo ao cenário linguístico paranaense, mas também estruturá-lo de modo a ser um instrumento de coleta que proporcionasse, na medida do possível, uma conversa mais natural, tentando diminuir a conhecida contradição entre desejar dados os mais espontâneos possíveis e estar numa situação artificial de conversa, com gravador e questionário à vista do informante. As últimas questões (sobre lendas e narrativas) possibilitam uma espontaneidade ainda maior, pois o trato com narrativas, muitas vezes acompanhadas de envolvimento emocional, como se sabe, enseja o uso de uma linguagem menos policiada do que se poderia ter obtido nas outras perguntas.

Figura 2 – Pontos linguísticos do ALPR com modificação no questionário



Fonte: Aguilera (1990).

Algumas questões sofreram modificações para serem desfeitas ambiguidades na pergunta, outras para delimitar claramente um ou outro referente, outras ainda por surgirem nas entrevistas iniciais e se mostrarem interessantes para a pesquisa. Vejamos, de maneira panorâmica, quais foram as mudanças:

Quadro 6 – Adaptações do questionário ALESP/ALPR a partir do 2º semestre de 1987

Questões inseridas	Questões divididas	Questões modificadas	Questões removidas
pinguela (Q.7)	Corisco (Q.42a÷45)	Fases da lua (Q.25)	Contagem de um a vinte e dois (Q.55)
nascente (Q.8)	Indez (Q.13÷119)	Estações do ano (Q.50)	
raiz mestra ou pião (Q.66)		Dia(s) anterior(es) para ontem (Q.52)	
fruta (Q.71)		Anteotem (Q.53)	
camomila (Q.91)		tras-anteontem (Q. 54)	
galinha sura (Q.120)		Espécies de animais: Galinha (Q.112), peixe (Q.149), plantas (Q.77, 82, 83, 277, 281, 289, 293)	
sobrancelhas (Q.189)		Plantas medicinais: erva Santa Maria, hortelã, arruda, alecrim, rubim, guiné (Q.90, 92, 98, 100, 101, 102)	
		Roda d'água (Q.305)	
		Cavadeira (Q.301)	
		Enxada (Q.298)	

Fonte: Aguilera (1990).

2.3 Perfil dos informantes

Para a seleção dos informantes do ALPR foram estabelecidos os seguintes critérios: origem rural e pouca ou nenhuma escolaridade; faixa etária entre 30 e 60 anos; nascidos na localidade sob pesquisa ou moradores por pelo menos três quartos da sua vida, assim como o cônjuge e os pais; deslocamentos da comunidade foram admitidos desde que rápidos; excluíram-se os que fizeram serviço militar; a profissão deve ter sido a agricultura (AGUILERA, 1990, p. 115). Tais critérios marcam rigorosamente os dados linguísticos recolhidos pelo ALPR como relativos à zona rural, graças, principalmente, a dois fatores:

1) Inserção em uma atividade “rural”: a agricultura. Cerca de 50% dos informantes (70 indivíduos) têm a agricultura como profissão. Do restante, 28% declararam ser “do lar” (37 mulheres); aproximadamente 7% eram pedreiros (9). As outras profissões relatadas foram: retireiro (2), tratorista (1), doméstica (2), pescador (2), zelador (3), empregado em curtume (1), empregado da limpeza pública (1), atendente na APAE (1), empregado em serraria (1), mecânico (1), encanador, eletricitista (1) e empregado no comércio (2).

Vê-se que, entre as profissões, aquelas que poderiam ser consideradas como urbanas influíram pouco na formação do universo de informantes.

2) Inserção em um nível de escolarização baixo ou inexistente. Dos cento e trinta informantes, apenas 3% têm o chamado primário (primeiros quatro anos do Ensino Fundamental) completo.

Essa análise demonstra que o informante do ALPR vive num meio no qual as atividades de cunho rural são predominantes, com pequena influência da escola, o que, por si, já estabelece um nível de linguagem característico, uma vez que, como se sabe, a escolaridade no campo sempre esteve abaixo daquela alcançada ou possível de ser alcançada na cidade até há bem pouco tempo.

2.3.1 A faixa etária

A continuação da análise do perfil dos informantes, a partir de tabelas elaboradas por Aguilera (1990, p. 117-118), mostra que, quanto à **idade**, eles se dividem em quatro faixas:

(I)	27-30 – 4,6%	(6 informantes)
(II)	31-40 – 35,4%	(46 informantes)
(III)	41-50 – 38,5%	(50 informantes)
(IV)	51-62 – 21,5%	(28 informantes)

As maiores porcentagens estão nas duas faixas centrais (II e III), o que demonstra ser também a linguagem descrita no ALPR aquela utilizada pela camada adulta e produtiva da sociedade, de idade entre 31 e 50 anos (entre II e III), com uma pequena tendência para a faixa etária III.

Uma comparação mais detalhada comprova ainda o que se acabou de afirmar. As duas faixas centrais possuem porcentagens de informantes aproximadas (II – 35,4% e III – 38,5%). Se somarmos os informantes da faixa dos mais idosos, (IV – 21,5%), apenas com esta última (III – 38,5%), o resultado, 60%, ainda seria menor do que a soma das faixas centrais: 73,9%. Como o universo da primeira faixa é muito pequeno (4,6%), pode-se até afirmar que a inclinação percentual é para as faixas dos mais idosos.

2.3.2 O grau de escolaridade

Quanto ao grau de escolaridade, do total de 130 informantes, 59,30% são analfabetos. Apenas 27,7% possuem o primário incompleto. Dos 96 informantes das duas faixas etárias centrais, 59 são analfabetos, o que dá uma média um pouco mais elevada de analfabetismo na idade predominante: 61,4%. Se incluirmos a última faixa etária (16 analfabetos para 28 informantes), teremos algo aproximado: 60,5%.

2.3.3 Gênero

Esse fator de variação está diretamente marcado nos mapas do ALPR por meio de símbolos para homem ♂ e mulher ♀. Além deles, foi usado um círculo cheio para designar a resposta igual para ambos os sexos. Ainda com base nas tabelas elaboradas por Aguilera (1990, p. 117-118), percebemos que, quanto ao sexo, os informantes do ALPR obedecem a um critério que privilegia as categorias centrais com uma expressão numérica maior e que se estende para a faixa final.

- (I) 27-30 – 4 M | 2 F
- (II) 31-40 -25 M| 21 F
- (III) 41-50 -22 M| 28 F
- (IV) 51-62 -14 M | 14 F

A relação entre essas variáveis (escolaridade, faixa etária e gênero) desenha um quadro de equilíbrio para a primeira das três (escolaridade), com as mulheres apresentando leve tendência a ter mais primário incompleto que os homens, enquanto o analfabetismo aparece igualitário para os dois gêneros. Em relação à faixa etária, há leve aumento no número de mulheres na faixa de 41-50 anos e de homens na faixa de 31-41 anos.

2.3.4 Origem do informante

Do total dos informantes, 69,3% nasceram no município em que ocorreu o inquérito e apenas 30,7% em outros pontos do Estado ou em outros Estados. Esses números revelam a dificuldade de, em alguns casos e na prática, seguir todos os critérios de pesquisa de maneira rígida, pois a realidade impõe dificuldades e o pesquisador precisa frequentemente avaliar sua conduta, como afirma a própria autora do Atlas:

Seria muita pretensão ou ingenuidade esperar que no Paraná – devido à história da colonização, às sucessivas correntes migratórias e imigratórias, às sucessivas mudanças de atividades agrícolas, sobretudo no Norte Velho, Novo e Novíssimo – fôssemos deparar com cento

e trinta informantes que preenchessem integralmente tais exigências. A realidade demonstrou que cada localidade tem sua própria história e que os critérios teriam que ser flexíveis, fazendo com que nos adequássemos às circunstâncias e ao meio ambiente, a fim de não inviabilizarmos a execução do projeto. (AGUILERA, 1990, p. 115).

O registro de Aguilera, no início da década de 1990, já indica a motivação para que a Geolinguística tenha se aliado à Sociolinguística na busca de explicitar, nos atlas, outros parâmetros de estudo da linguagem além da diatopia. Como ilustração para o mesmo problema, certamente enfrentado por tantos outros pesquisadores que buscam a fidelidade aos parâmetros estabelecidos na configuração da pesquisa, remetemos ao comentário de Toniolo (2002, p. 37-38), quando elaborava sua dissertação sobre a mudança em tempo real no vocabulário do município de Tibagi:

Não foi possível enquadrar-se, com o pré-fixado rigor, dois informantes jovens: o rapaz do Barreiro mal passara dos 17, e a jovem quarteliana tinha mais de 32 anos. É que se tornou raríssima uma pessoa jovem, residente na zona rural de qualquer dos dois bairros, que tenha instrução limitada à 4ª série: a maioria atingiu a 8ª série – ou, então, vive na cidade. Trata-se de uma radical mudança em relação a 1975, em termos de escolaridade; naquela época, os analfabetos e semi-alfabetizados eram muito numerosos.

Essa mudança foi feita, como se pode imaginar, pelo inevitável reconhecimento de que, no mundo globalizado atual, a complexidade da sociedade e, portanto, das interações linguísticas, torna a pluridimensionalidade uma necessidade metodológica sem a qual a Geolinguística talvez estivesse fadada a perder parte de poder descritivo e analítico que sempre assumiu.

3 A Cartografia do ALPR

As cartas do ALPR são apresentadas tendo ao centro uma figura do mapa do Paraná, com a indicação dos sessenta e cinco pontos linguísticos

demarcados pela autora do estudo, numerados na direção Oeste-Leste e Norte-Sul. Assim, o primeiro ponto (Diamante do Norte) localiza-se na região noroeste e o último (Guaratuba) na região sudeste. No canto inferior direito, inscreve-se o título da carta, e a questão a ela correspondente. O número da carta também aparece neste local, fora da borda que circunda o mapa.

A apresentação dos dados nas cartas depende da “necessidade” da variante que é descrita. O ALPR utilizou, segundo sua autora, a classificação proposta por Montes Giraldo (1987). De acordo com a forma de apresentar o dado linguístico, mais natural ou após prévia organização, as cartas foram divididas em: sintéticas, literal-analíticas ou sintético-analíticas.

As primeiras são cartas de isoglossas (isolexicais ou isofônicas). Seus dados já passaram por uma análise e são organizados de modo a delimitar áreas de presença/ausência de determinado traço linguístico. Nas cartas sintéticas, lexicais ou fonéticas, uma legenda é colocada no canto superior direito para indicar as variantes.

As segundas (tipo literal-analítica) são as cartas que representam “variantes múltiplas e numerosas que exigiram um trabalho mais complexo e um esforço mais concentrado na notação fonética” (AGUILERA, 1990, p. 153). Essas apresentam os dados diretamente nos pontos em que ocorreram, sob a forma de notação fonética sem que sejam feitas seleções ou agrupamentos.

O terceiro tipo de carta, a sintético-analítica é também chamada de mista, pois apresenta os dados como são recuperados nas entrevistas, mas já selecionados por traços comuns. Por exemplo, no caso das cartas fonéticas desse tipo, “os traços fônicos secundários foram eliminados para permitirem cartas mais homogêneas” (AGUILERA, 1990, p. 153). Nas cartas analíticas ou pontuais, as formas fônicas são apresentadas diretamente no mapa.

Cada carta é acompanhada de notas cujos objetivos são:

Apresentar o vocábulo-tema e suas variantes dentro dos contextos fônicos e frasal no registro dos informantes; documentar fatos de interesse para a Etnolingüística, como as credices, superstições, simpatias e outros costumes populares que ainda sobrevivem na memória de alguns; esclarecer dados omitidos e/ou dados registrados na carta; e sobretudo apresentar dados que possam suscitar interesses

para estudos de natureza morfossintática, lexicográfica e folclórica, entre outros. (AGUILERA, 2005, p. 166).

Completam assim o mapa geolinguístico, concorrendo com informações que ampliam a informatividade do primeiro.

Porém, nem todos os dados coletados para a elaboração do ALPR foram cartografados. O Atlas Lingüístico do Paraná – vol. II (ALTINO, 2007) fez a cartografia de dados inéditos, atualizando o desenho do mapa, inserindo gráficos para dar visibilidade à dimensão de gênero e inovando no uso da Dialectometria⁶.

A exemplo do ALPR (AGUILERA, 1994a), as cartas apresentam informações semântico-lexicais, fonético-fonológicas e ocorrências únicas sobre as variantes registradas nos 65 pontos de estudo. Manteve-se a sistematização da cartografia: disposição dentro da carta, símbolos para designar os informantes (homens e mulheres) e, seguindo o modelo apresentado por Cardoso (2005) no segundo volume do ALS II, com a indicação dos maiores rios do Estado, o gráfico de frequências de respostas de homens e mulheres e a escala geográfica. O volume de cartas ficou, assim, sistematizado: cartas introdutórias, 125 cartas lexicais e 50 fonéticas. (ALTINO, 2009, p. 56-57).

Altino (2007) só não cartografou 12 questões, que exigiam algum outro tipo de sistematização ou se prestavam mais a estudos sociolinguísticos por serem questões abertas. São exemplos a questão 001 (tipos de terreno) ou a 058 (meses do ano), as que questionam sobre variedades de animais, frutos e cereais, além das questões de 319 a 325 (narrativas pessoais e lendas). Os

⁶ “A aplicação de tais métodos – geolinguístico e dialetométrico – ao corpus coletado para o ALPR (1994) é complementar, uma vez que cada uma das metodologias apresentadas consagra-se por sua abrangência: o método geolinguístico, por permitir a visualização das particularidades de cada ponto de inquérito e de cada informante; e o método dialetométrico, por considerar todo o volume de dados e sintetizá-los por meio das cartas que demonstram os índices de identidade e de distância entre os pontos de um atlas.” (ALTINO, 2007, p. 168-169).

dados do ALPR II foram também sistematizados em um glossário com 1.036 registros.

A autora do ALPR II analisa a quantidade dos dados não cartografados no ALPR: apenas 131 das 325 perguntas do questionário foram cartografadas, ou seja, 40%, o que deixa um total de 60% (194) de questões inéditas. O quadro a seguir organiza os números de cartografia apresentados por Altino (2007) e que permite uma compreensão mais clara das áreas semânticas mais frequentes nas cartas do ALPR.

Quadro 7 – Questões inéditas no ALPR

Áreas semânticas		Total	Cartografadas	Inéditas	Total inéditas
TERRA	Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo	58	35	23	39,65%
TERRA	Flora, árvores, frutos.	29	17	12	41,37%
Homem	Brinquedos e jogos infantis.	13	7	6	46,15%
TERRA	Fauna: aves, pássaros, outros animais.	52	26	26	50%
TERRA	Plantas medicinais.	16	5 ⁷	11	68,75%
Homem	Agricultura, instrumentos agrícolas.	29	8	21	72,41%
Homem	Partes do corpo, funções, doenças.	107	23	84	78,50%
Homem	Vestuário e calçados.	14	2	12	85,71%
Homem	Lendas e superstições.	7	0	7	100%

Fonte: Adaptado de Altino (2007)

⁷ Neste campo semântico, sete das 16 questões do ALPR foram cartografadas por Souza (2005 apud ALTINO, 2007), somando, portanto, 12 questões cartografadas.

Observando esses dados e sabendo que a cartografia do ALPR foi feita com base na “riqueza de variantes lexicais devido às variáveis: sexo, idade, local de nascimento e grau de escolaridade, entre outras” (AGUILERA, 1990, p. 78), é válido afirmar que a área semântica Terra foi a que ofereceu maior diversidade, uma vez que ficou com um número percentual menor de questões inéditas.

Nessa linha de raciocínio, estabelecendo uma marca na média de 50%, o campo semântico Homem possui mais subcampos com mais de 50% de questões inéditas. Dois subcampos (Partes do corpo... e vestuário e calçados...) são justamente os que apresentaram os números mais baixos de cartografia, ou seja, apresentaram pouca variação, não possuindo, portanto, grande representatividade nas cartas do ALPR. Esses subcampos, como o de Plantas medicinais, podem não ter o mesmo nível de variação pela necessidade de denominação mais exata, embora existam exceções pontuais entre as questões menos cartografadas, como é o caso de “Alpargatas” (questão 276 – Carta 80).

4 Análise dos Resultados do ALPR

Para falar dos resultados alcançados pelo ALPR, é necessário retomar seus objetivos. Como já mencionado neste texto, são resumidamente três: a) documentação cartográfica da variação lexical e fonética; b) busca de delimitação de isoglossas; e c) a organização de um glossário (AGUILERA, 1990, p. 77-81). Os objetivos assim delimitados procuraram responder às hipóteses de trabalho, construídas em torno da história do Estado: i) possibilidade de delimitação de três áreas linguísticas correspondentes às ondas povoadoras de Cardoso e Westphalen (1986); ii) possibilidade de delimitação de isoglossas seguras; e iii) estabelecimento do nível em que as diferenças linguísticas manifestam-se mais fortemente (AGUILERA, 1990, p. 69).

Essas hipóteses ficam todas comprovadas com a espacialização das formas linguísticas nas cartas, demarcando áreas de ocorrência que correspondem às áreas de povoamento mencionadas por Cardoso e Westphalen (1986). Segundo Aguilera (1990), não há homogeneidade, entretanto, nas áreas de abrangência desses fatos linguísticos, embora o nível fonético seja aquele que parece marcar mais nitidamente as isoglossas no espaço paranaense.

A expansão e a resistência de cada uma destas formas estão condicionadas a vários fatores relativos aos informantes: faixa etária, escolaridade, local de nascimento e naturalidade dos pais. A variável sexo parece não interferir na resistência ou desaparecimento de determinadas formas. (AGUILERA, 1990, p. 215).

O recorte linguístico essencialmente rural do ALPR foi desenhado, como exige a pesquisa geolinguística, no momento mesmo do estabelecimento de critérios para escolha dos 130 informantes e dos 65 pontos de coleta por meio da inserção em atividades da agricultura e a busca de informantes fora de pontos urbanos. Tais critérios seguiram o que recomenda a metodologia da Dialetoлогия tradicional, com a exceção de que, no ALPR, sua autora levou em consideração uma segunda dimensão: a diassexual, caracterizando-o como um atlas bidimensional, como já afirmamos neste artigo. As entrevistas foram, portanto, feitas com dois informantes, um homem e uma mulher, em cada localidade. A apresentação dos dados nos mapas (com símbolos) favorece a leitura dessa segunda dimensão por apresentar em separado as respostas de cada um deles.

Esse perfil de informante associado ao tipo de questionário utilizado revela que a variedade linguística registrada no ALPR é relativa a uma linguagem realmente em uso no meio rural paranaense, visto tratar-se das faixas etárias que estão em atividade constante na sociedade. A tendência para faixas etárias dos mais idosos fortalece a intenção de recolher aquelas formas que poderiam já estar caindo em desuso, como bem o confirmam depoimentos de informantes. A alta porcentagem de analfabetos e de pessoas com primário incompleto contribui para fixar essa última característica.

Além do registro de formas arcaicas da linguagem, que testemunham etapas da história da língua portuguesa, o ALPR demonstrou a relação direta da história do povoamento: índios, bandeirantes, migrantes, imigrantes, com o uso de variantes orais da língua; a produtividade e a criatividade léxica dos falantes. Atestou a presença incisiva da escola e da televisão, modificando hábitos linguísticos por meio do ensino ou do exemplo aos mais jovens, que chegam em casa e “corrigem” os mais velhos ou o preconceito linguístico dos que acreditam ser a língua uma questão de certo e errado, mas também a benfeança teimosia dos idosos, resistentes no uso das formas que vão desaparecendo.

Elaborado em uma época na qual as gravações eram armazenadas em fitas cassetes, Aguilera (1990) teve o cuidado de atualizar todos os dados sonoros em CDs, além de digitalizar os 13 volumes de entrevistas. O Atlas do Paraná dispõe, portanto, de dados sistematizados prontos para serem analisados sob outras abordagens teóricas, funcionando como um manancial permanente de novos estudos para várias gerações de alunos interessados na linguística, na etnografia, na lexicologia ou na lexicografia. Por meio dos dados do atlas, outras formas de análise dos mapas já foram apresentadas e chegaram aos mesmos resultados: o Paraná apresenta uma fala rural ligada ao Sul do Brasil e, ao mesmo tempo, ao Norte e Nordeste. O povoamento das regiões determinou traços de fala que marcaram as comunidades e deram identidade ao paranaense dentro mesmo do Estado.

Comentários Finais

Existe uma parte da pesquisa de campo que, na maioria das vezes, não aparece nas descrições que se desejam científicas, objetivas e imparciais. Aquelas dificuldades que o pesquisador encontra por lidar com seres humanos em seu ambiente natural, nos locais onde vive ou trabalha, com todas as dificuldades da vida cotidiana dessas pessoas. É certo que o pesquisador procura sempre escolher a melhor localização, a menos ruidosa, onde se possa apoiar tranquilamente o material de gravação, onde haja energia elétrica: uma sala da Prefeitura, a casa do vizinho, uma salinha na escola, um local onde o informante esteja à vontade, até mesmo fora da casa, no quintal ou no “terreiro”, se a moradia dele é distante ou não oferece condições adequadas.

Mas – e sempre há um “mas” nos caminhos de pesquisa –, “Como fazer com uma informante, mãe de nove filhos menores?”, pergunta Aguilera (2005, p. 156) em texto sobre a gênese do ALPR:

Nestes casos funcionava a “chantagem” para com as crianças: doces, uns trocados, brinquedinhos... Também foram muitos os ruídos, na concepção denotativa do termo, que dificultaram algumas gravações: raios, trovões, passarinhos presos em gaiolas, que teimavam em cantar prazerosamente e em boa tonalidade; galinhas d’angolas que insistiam

no interminável e forte “tô fraco”; bezerros desmamados em busca da mãe desnaturada, cachorros briguentos e inconvenientes, além de papagaios, marrecos e cabritos... e até um leitão que cismou em fugir com a bolsa da entrevistadora. (AGUILERA, 2005, p. 156).

Essa descrição do ambiente de recolha de dados menos ideal possível não é incomum de se encontrar. As modificações sofridas pela Geolinguística, principalmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento da informática, servem à ampliação da capacidade descritiva da teoria, à medida que aumentam os métodos pelos quais se pode pesquisar, selecionar, apresentar e interpretar dados dialetais em grandes quantidades. No entanto, a atitude do pesquisador pode ser o maior determinante da qualidade dos dados que ele conseguirá recolher. Seu preparo anterior, inclusive em relação ao material, o conhecimento do questionário, a sensibilidade para entender quando a aplicação do questionário deve ser adiada ou não, nascem da experiência, mas também do envolvimento e da atenção com o que está realizando.

Referências

AGUILERA, V. de A. *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO*. 1987. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis. 2.v.

AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná*. 1990. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis. 2v.

AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR*. Apresentação. Londrina: Eduel, 1996.

AGUILERA, V. de A. Atlas Lingüístico do Paraná: gênese e princípios metodológicos. In: AGUILERA, V. de A. (Org.) *A Geolinguística no Brasil*:

trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005.
p. 139-176.

AGUILERA, V. de A.; ALTINO, F. C. Para um atlas pluridimensional: pesquisas e pesquisadores. *ALFA*, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 871-889, 2012.

ALTINO, F. C. *Atlas Lingüístico do Paraná II*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2v.

ALTINO, F. C. Estudos dialetológicos no Paraná: convite a um passeio pela história. *Signum: Estudos Linguísticos*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 33-63, jul. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/qcDyq>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

ARAGÃO, M. do S. S. O Atlas Linguístico do Brasil no quadro da geolinguística brasileira. In: CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Introdução. Londrina: EDUEL, 2014. p. 31-36.

BELLI RODRIGUES, R. E. de S. *Em busca de uma história para o léxico rural paranaense*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2 v.

CARDOSO, S. A. M. A dialectologia no Brasil: perspectivas. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. esp, p. 233-255, 1999. Disponível em: <<http://migre.me/qcDFi>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

CARDOSO, S. A. M. *Atlas lingüístico de Sergipe II*. 2002. Tese (Doutorado em Letras) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, S. A. M. et al. A história do Atlas Linguístico do Brasil. In: CARDOSO, S. A. M. *Atlas Linguístico do Brasil*. Introdução. Londrina: EDUEL, 2014. p. 17-29.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. *Atlas Histórico do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CARUSO, P. *Atlas lingüístico do Estado de São Paulo*: questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia; UNESP; Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil*. 1999.

COSERIU, E. A geografia lingüística. In: COSERIU, E. *El hombre y su lenguaje*. Tradução de Carlos A. da Fonseca; Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 79-117.

ELIZAICÍN, A.; THUN, H. Atlas Lingüístico y diatópico del Uruguay. t. I. fasc. A1. Kiel: Westensee, 2000.

FERREIRA, C. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA; FUNDESC, 1987.

FERREIRA, M. B. et al. Variação lingüística: perspectiva dialetológica. In: FARIA, I. H. et al. *Introdução à Lingüística Geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 479-502.

ISQUERDO, A. N.; ROMANO, V. P. Discutindo a dimensão sociolingüística do projeto ALiB: uma reflexão a partir do perfil dos informantes. *ALFA*, São José Rio Preto, v. 56, n. 3, p. 891-916, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/qcDXd>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

IORDAN, I. *Introdução à Lingüística Românica*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

KOCH, W. A.; KLASSMANN, M. S.; ALTENHOFEN, C. V. *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul* – ALERS. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, 1958.

SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialetológicos*. 2. ed. melh. e ampl. Belém: INPA, 1957.

RAZKY, A. *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará*. Belém: CAPES; UFPa; UTM (Robert Gauthier), 2004. 1 CD.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

THUN, H. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: RUFFINO, G. (Org.). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza*. Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 701-729.

TONIOLO, E. J. *Do presente ao passado: um olhar sobre o vocabulário de Tibagi*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Recebido em: 20/11/2014

Accito: 03/04/2015